



# PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

VI GOVERNO CONSTITUCIONAL

DÍLI, 14 DE ABRIL DE 2015

## COMUNICADO DE IMPRENSA

### Reunião do Conselho de Ministros de 14 de abril de 2015

O Conselho de Ministros reuniu-se esta terça-feira, dia 14 de abril de 2015, na sala de reunião do Conselho de Ministros, no Palácio do Governo, em Díli, e aprovou dois diplomas e analisou três apresentações:

#### **1. Resolução do Governo que aprova a criação da Comissão de Organização da Comemorações dos 500 anos da Afirmação da Nova Identidade Timorense**

Este diploma define a criação da Comissão de Organização da Comemorações dos 500 anos da Afirmação da Nova Identidade Timorense. As comemorações decorrem durante este ano, com o ponto alto no dia 28 de novembro. A Comissão, que integra vários membros do Governo, será responsável por preparar os eventos comemorativos, tendo em conta uma abordagem histórica, cultural e intelectual.

Esta comemoração, recorde-se, tem como ponto de partida assinalar a chegada dos navegadores e missionários portugueses a Lifau, Oe-Cusse Ambeno, e representa um marco histórico na afirmação da nova identidade Timorense e na construção de Timor-Leste.

#### **2. Decreto-lei sobre o Conselho dos Combatentes da Libertação Nacional**

Este Decreto-lei regulamenta a natureza jurídica, a estrutura, objetivos e competências do Conselho dos Combatentes da Libertação Nacional.

O Conselho dos Combatentes da Libertação Nacional foi criado em 2011, quando o Parlamento Nacional aprovou a alteração à Lei n.º 2/2011, de 23 de março. O n.º 3 do artigo 35.º desta Lei define que “A estrutura do Conselho dos Combatentes da Libertação Nacional é definida por Decreto-Lei, em consulta com as organizações representativas dos Combatentes da Libertação Nacional”.



Palácio do Governo,  
Avenida Presidente Nicolau Lobato,  
Díli, Timor-Leste

pcm.gov.tl@mail.com  
(+670) 33 310 608

Nos últimos anos, têm sido desenvolvidas várias ações de consulta aos Combatentes para se pronunciarem sobre este diploma.

Assim, este Decreto-lei aprovado pelo Conselho de Ministros confere aos Combatentes um papel determinante na promoção do desenvolvimento sustentável de Timor-Leste, da paz e da estabilidade social do país, atribuindo-lhe funções de entidade de consulta do Governo.

Na intenção de memorizar o dia 3 de março de 1981, data do início de reorganização da Resistência num dos períodos mais difíceis da história da Luta da Libertação Nacional, decidiu-se considerar esta data como Dia Nacional dos Veteranos.

As três apresentações analisadas pelo Conselho de Ministros foram:

### **1. Apresentação sobre o Crescimento Populacional de Timor-Leste até 2030 e Implicações para o Desenvolvimento Nacional**

Uma equipa da Universidade Flinders, em Adelaide, Austrália, liderada pelo Dr. Udoy Saikia, apresentou ao Conselho de Ministros uma “Projeção sobre o crescimento e composição populacional de Timor-Leste até 2030 e as suas implicações setoriais”. Este estudo tem com o objetivo o estabelecimento de um sistema de medidas que possibilitam a definição de políticas centradas na promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações, especialmente das camadas mais jovens.

### **2. Apresentação sobre o papel e atividades da Comissão Nacional de Eleições**

Os Comissários da Comissão Nacional de Eleições fizeram ao Conselho de Ministros uma apresentação geral sobre as suas funções e atividades, nomeadamente enquadramento geral, área de intervenção, composição, e a sua intervenção no âmbito dos ciclos eleitorais.

### **3. Apresentação da reforma das estruturas de liderança comunitária**

Ministro de Estado, Coordenador dos Assuntos da Administração do Estado e da Justiça e Ministro da Administração Estatal juntamente com o Vice-Ministro da Administração Estatal apresentaram ao Conselho de Ministros uma proposta de revisão do modelo de organização das lideranças comunitárias no sentido de estabelecer um modelo de organização e de designação dos líderes comunitários mais próximos do padrão tradicional de Timor-Leste. Os princípios fundamentais que vão orientar a revisão do quadro legal das lideranças comunitárias foram, também, estabelecidos.

